

O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil*

Ricardo Paes de Barros**, Rosane Mendonça***, Priscila Deliberalli**** e Monica Bahia*****

1. Introdução

O trabalho infantil no Brasil ainda se constitui, tal como na maioria dos países em desenvolvimento, num grave problema, tanto por expor crianças e jovens a um tipo de atividade que muitas vezes não está ao alcance de suas possibilidades físicas e mentais quanto por dificultar a aquisição de capital humano, através da escolarização.

Apesar de registrar uma tendência de queda, a taxa de participação de crianças e adolescentes na força de trabalho mantém-se bastante elevada em relação aos padrões internacionais. Aproximadamente uma em cada 10 crianças entre 10 e 14 anos trabalha no Brasil [Cepal (1999)]. Essa taxa está entre as três maiores da América Latina, com o agravante de que o Brasil tem, pelo menos, o dobro da renda *per capita* dos outros países que apresentam taxas similares (Honduras e Guatemala).

Nesse estudo, investiga-se um segmento particularmente problemático do trabalho infanto-juvenil: o trabalho doméstico. Além de estar sujeito às críticas usuais aplicáveis a todo tipo de trabalho infantil, o trabalho doméstico infanto-juvenil gera também preocupações específicas devido a, pelo menos, duas peculiaridades. Em primeiro lugar, há evidências de que esse tipo de trabalho, pelo fato de ocorrer, em certa medida, fora do sistema econômico, tem um impacto diferente sobre a socialização para o trabalho em relação ao exercido em estabelecimentos empresariais. Nesse sentido, o emprego doméstico contribui menos para a experiência

do trabalhador do que outras formas de inserção no mercado de trabalho. Em segundo lugar, esse tipo de trabalho, por ser realizado numa residência e, em geral, para um único cliente, permite que, sob certas circunstâncias, uma série de abusos possa ocorrer, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho sem direito a descanso semanal remunerado até formas mais críticas de exploração.

A partir dessas considerações o presente estudo se propõe, com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹ de 1998, alcançar dois objetivos: primeiro, analisar a dimensão e a natureza do trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil, bem como o perfil desses trabalhadores domésticos; e segundo, especificar os principais determinantes desse tipo de atividade.²

O conceito de trabalho doméstico teve como fonte de referência a definição oferecida pela PNAD de 1998. Nela define-se trabalho doméstico a partir da posição na ocupação em que a pessoa se encontra na semana de referência. Considera-se trabalho doméstico aquela atividade não-agrícola, remunerada

* Este trabalho é uma versão simplificada do original.

** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

*** Da Neso/UFF.

**** Aluna do mestrado em Economia da USP.

***** Aluna do mestrado em Ciências Políticas da UFF.

1. A PNAD é uma pesquisa anual do IBGE, de caráter domiciliar, que abrange todo o país, com exceção de algumas áreas rurais da região Norte.

2. O trabalho original apresenta uma seção sobre as principais consequências de uma inserção precoce no mercado de trabalho e, em especial, na ocupação doméstica.

em dinheiro ou benefícios, realizada no âmbito de uma ou mais unidades domiciliares. Define-se como “infantil” o grupo etário de 5 a 14 anos, sendo o mesmo subdividido em duas faixas: a de crianças de 5 a 9 anos e a de 10 a 14 anos. No grupo dos adolescentes, encontram-se os jovens de 15 a 17 anos de idade.

2. Dimensão e natureza do trabalho doméstico infanto-juvenil

2.1. Dimensões do trabalho infantil e do trabalho doméstico infanto-juvenil

Segundo a PNAD de 1998, aproximadamente 3,5 milhões de crianças e adolescentes estavam exercendo atividades no mercado de trabalho, dos quais cerca de 375 mil desses pequenos e jovens trabalhadores encontram-se empregados no trabalho doméstico (ver Tabela 1).³ A percentagem de crianças ocupadas cresce com a idade, variando de 0,9%, para aquelas entre 5 e 9 anos, a 30%, quando consideramos aquelas entre 15 e 17 anos (ver Tabela 2).

Quando a análise é feita por gênero encontram-se diferenças significativas entre as taxas de ocupação de meninos e meninas. Os meninos parecem estar mais sujeitos ao trabalho infantil do que as meninas, uma vez que, em qualquer faixa etária, a percentagem de meninos que trabalham é sempre quase o dobro da de meninas.

No que diz respeito ao trabalho doméstico infanto-juvenil, ele absorve cerca de 375 mil crianças e adolescentes nas áreas urbanas analisadas, equivalendo a 11% das ocupa-

ções desempenhadas por esses pequenos trabalhadores. A percentagem ocupada em atividades domésticas varia de 3%, entre aquelas com idade de 5 a 9 anos, a 11%, quando consideramos os adolescentes.

A análise por gênero revela que essa é uma ocupação quase restrita ao sexo feminino. Ao contrário do que acontece em outras ocupações relacionadas ao trabalho infanto-juvenil, essa percentagem quase não se altera quando se analisa a taxa de ocupação por gênero do trabalho doméstico entre os adolescentes de 15 a 17 anos: prevalece 1% para os meninos e 30% para as meninas.

A análise dos dados por cor revela que a percentagem de crianças não-brancas ocupadas é maior do que a de crianças brancas. Observa-se também que as crianças negras e pardas de 10 a 14 anos apresentam uma taxa de ocupação superior à dos brancos e amarelos. Entretanto, essa diferença entre as raças diminui com o avançar da idade. Com relação ao serviço doméstico, os negros e pardos também apresentam uma taxa de ocupação mais elevada do que a dos brancos e amarelos. Assim, sobre o total de ocupados, a percentagem de crianças entre 10 e 14 anos que exerce trabalho doméstico representa 11% para os não-brancos e 9% para os brancos. As diferenças na faixa de 15 a 17 anos são ainda maiores (8% para brancos e cerca de 15% para não-brancos), revelando uma tendência de crescimento com a idade das diferenças por cor.

3. Nesta análise, foram consideradas apenas as pessoas residentes em áreas urbanas e tomou-se como parâmetro a percentagem de ocupados (razão entre o total de crianças e adolescentes ocupados e o número total de indivíduos por faixa etária).

TABELA 1
TRABALHO INFANTO-JUVENIL — BRASIL URBANO

Em milhares de pessoas

GRUPOS/CATEGORIAS	NÚMERO DE CRIANÇAS	NÚMERO DE CRIANÇAS OCUPADAS	NÚMERO DE CRIANÇAS OCUPADAS NO TRABALHO DOMÉSTICO
BRASIL	32.858	3.520	375
FAIXA ETÁRIA			
5 A 9 ANOS	11.675	106	3
10 A 14 ANOS	12.972	1.023	99
15 A 17 ANOS	8.212	2.391	273

Fonte: PNAD de 1998.

TABELA 2
OCUPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO BRASIL URBANO

GRUPOS/CATEGORIAS	PERCENTAGEM OCUPADA	PERCENTAGEM OCUPADA NO TRABALHO DOMÉSTICO	PERCENTAGEM OCUPADA NO TRABALHO DOMÉSTICO SEM REMUNERAÇÃO	PERCENTAGEM DOS OCUPADOS QUE EXERCEM TRABALHO DOMÉSTICO
BRASIL				
5 A 9 ANOS	0,9	0,0	23,8	2,9
10 A 14 ANOS	7,9	0,8	0,6	9,7
15 A 17 ANOS	29,1	3,3	0,2	11,4
SEXO				
MACULINO				
5 A 9 ANOS	1,2	0,0	0,0	0,5
10 A 14 ANOS	10,4	0,1	0,0	1,1
15 A 17 ANOS	37,4	0,4	0,0	1,0
FEMININO				
5 A 9 ANOS	0,6	0,0	27,1	8,2
10 A 14 ANOS	5,3	1,4	1,7	27,1
15 A 17 ANOS	20,9	6,3	0,5	30,0
COR				
AMARELA				
5 A 9 ANOS	2,1	0,0	0,0	0,0
10 A 14 ANOS	5,3	0,0	0,0	0,0
15 A 17 ANOS	26,5	2,0	0,0	7,7
BRANCA				
5 A 9 ANOS	0,6	0,0	37,4*	5,4
10 A 14 ANOS	6,2	0,5	0,7	8,7
15 A 17 ANOS	28,4	2,5	0,1	8,8
PARDA				
5 A 9 ANOS	1,2	0,0	0,0	1,9
10 A 14 ANOS	9,8	1,0	0,6	10,5
15 A 17 ANOS	29,9	4,1	0,3	13,8
PRETA				
5 A 9 ANOS	1,0	0,0	0,0	0,0
10 A 14 ANOS	8,3	0,9	0,4	10,9
15 A 17 ANOS	29,3	5,4	0,0	18,3

Fonte: PNAD de 1998.

* Essa estimativa apresenta distorção de cunho amostral.

2.2. Natureza do trabalho doméstico infantil

O trabalho infanto-juvenil apresenta rendimento médio inferior ao salário mínimo.⁴ De acordo com a Tabela 3, o rendimento médio mensal de uma criança ocupada na faixa etária de 5 a 9 anos é de R\$ 8 (com uma jornada média de 14 horas/semana), enquanto para os trabalhadores de 10 a 14 anos o rendimento médio é de apenas R\$ 39 (com uma jornada média de 26 horas/semana). No caso dos ado-

lescentes, o rendimento médio mensal gira em torno de R\$ 122 (com uma jornada média de 38 horas/semana). A percentagem que exerce atividade não-remunerada varia muito entre faixas de idade e entre o tipo de ocupação. A maior taxa de rendimento nulo é observada no grupo de crianças que se encontram na faixa de 5 a 9 anos (79%).

4. O salário mínimo vigente em setembro de 1998 (data da realização da PNAD) era de R\$ 130.

TABELA 3
RENDA E JORNADA MÉDIA SEMANAL NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

IDADE	RENDA MÉDIA (R\$ DE 1998)	JORNADA MÉDIA (HORAS SEMANAIS)	PERCENTAGEM COM RENDA NULA NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	PERCENTAGEM COM JORNADA MAIOR QUE 48 HORAS SEMANAIS
5 A 9 ANOS				
OCUPADAS	8,0	13,9	79,0	1,0
OCUPADAS NO SERVIÇO DOMÉSTICO	13,0	20,9	23,8	0,0
10 A 14 ANOS				
OCUPADAS	39,0	26,0	48,1	7,2
OCUPADAS NO SERVIÇO DOMÉSTICO	56,5	36,0	6,1	23,0
15 A 17 ANOS				
OCUPADAS	122,2	38,1	18,0	16,1
OCUPADAS NO SERVIÇO DOMÉSTICO	96,6	43,3	1,7	30,1

Fonte: PNAD de 1998.

Quando a análise se restringe ao trabalho doméstico, a renda média de uma criança de 5 a 9 anos é de apenas R\$ 13, ao passo que na faixa de 10 a 14 anos é de R\$ 56 (menos da metade do salário mínimo), sendo que 6,1% das crianças nesta faixa etária trabalham sem rendimentos. Vale ressaltar ainda que os trabalhadores domésticos na faixa de 5 a 14 anos têm um rendimento maior do que os outros trabalhadores da mesma faixa etária em outras ocupações. No entanto, deve-se considerar o número de horas utilizadas no trabalho doméstico, sempre mais elevado que em outras ocupações. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos o salário médio é de R\$ 97 e somente 1,7% apresenta rendimento nulo. Porém, os salários dos adolescentes são inferiores quando comparados às outras ocupações. Em todas as faixas etárias, contudo, a percentagem que trabalha sem rendimento é inferior entre os trabalhadores domésticos.

Com relação à jornada excessiva, verifica-se que 23% das crianças de 10 a 14 anos empregadas no trabalho doméstico desempenham jornadas de trabalho acima de 48 horas semanais. Esse número sobe para 30% entre aqueles com 15 a 17 anos na mesma ocupação. Somente as crianças de 5 a 9 anos não atingem essa carga horária na jornada de trabalho.

Com base nesses resultados pode-se concluir que o trabalho doméstico infanto-juvenil, qualquer que seja a faixa etária analisada,

oferece salários inferiores ao salário mínimo estipulado pela legislação corrente. Contudo, até os 14 anos a renda média das crianças ocupadas no serviço doméstico é superior à das ocupadas em outras atividades. A partir dos 15 anos a situação se inverte. Apesar da maior remuneração até o início da adolescência, a jornada média semanal das crianças na ocupação doméstica é sempre mais elevada.

A ocupação doméstica encontra-se em melhor situação comparando-se com as demais ocupações no que diz respeito a percentagem com renda nula na ocupação principal. Enquanto 79% das crianças ocupadas de 5 a 9 anos não recebem rendimentos, menos de 24% entre as crianças ocupadas no serviço doméstico estão na mesma situação. Apesar de esta percentagem declinar com a idade, principalmente no caso do trabalho doméstico, a percentagem de crianças e adolescentes sem rendimento ainda é elevada nas demais ocupações, mesmo entre os adolescentes. Entretanto, como enfatizado, a melhor situação do trabalho doméstico com relação à renda, tem como contrapartida uma jornada de trabalho mais elevada.

Quanto à participação da renda dos trabalhadores domésticos na renda domiciliar, pode-se observar na Tabela 4⁵ que, em média, a percentagem da renda domiciliar das

5. Foram consideradas apenas as crianças e adolescentes com idade entre 10 e 17 anos.

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO DA RENDA DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS DE 10 A 17 ANOS NA RENDA DOMICILIAR

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	MÉDIA DA PROPORÇÃO DA RENDA DOMICILIAR DAS CRIANÇAS DE 10 A 17 ANOS EM RELAÇÃO À RENDA DOMICILIAR
Brasil	22,7
Grandes Regiões	
Norte	21,9
Nordeste	25,3
Centro-Oeste	20,4
Sudeste	21,3
Sul	22,0
Área	
Rural	25,2
Urbana	21,9
Unidades da Federação	
Acre	21,7
Alagoas	26,5
Amazonas	23,4
Amapá	38,8
Bahia	24,5
Ceará	23,7
Distrito Federal	21,9
Espírito Santo	28,0
Goiás	23,4
Maranhão	24,8
Minas Gerais	20,8
Mato Grosso do Sul	20,8
Mato Grosso	20,4
Pará	17,8
Paraíba	22,1
Pernambuco	27,0
Piauí	22,5
Paraná	19,5
Rio de Janeiro	29,0
Rio Grande do Norte	30,3
Rondônia	18,0
Roraima	0,0
Rio Grande do Sul	21,6
Santa Catarina	27,8
Sergipe	27,5
São Paulo	18,2
Tocantins	19,9

Fonte: PNAD de 1998.

Nota: Para calcular as médias, utilizou-se como peso a renda do domicílio.

crianças e adolescentes que trabalham no serviço doméstico é cerca de 23% da renda do domicílio da família a que pertencem, sendo que no Nordeste e nas áreas rurais esse número ultrapassa 25%.

3. Determinantes do trabalho doméstico infantil

O trabalho infanto-juvenil é determinado por fatores tanto de oferta como de demanda. Pelo lado da oferta, os fatores determinantes podem ser organizados em dois grupos: características pessoais e características do ambiente familiar. As características pessoais, como idade e gênero, definem na população infantil e juvenil, por um lado, a importância de atividades competitivas ao trabalho como as atividades lúdicas e educacionais e, por outro, a liberdade que as pessoas têm para circularem pelo mundo do trabalho. Em geral, a importância dessas atividades competitivas com o trabalho declinam com a idade, ao passo que os impedimentos para a inserção no mundo do trabalho tendem a ser maiores para as mulheres do que para os homens. Cumpre ressaltar, entretanto, que, no que se refere ao trabalho doméstico, parece existir poucas restrições ao trabalho das meninas.

O ambiente familiar também tem grande impacto sobre a oferta de trabalho da população jovem. Em princípio, quanto mais baixa a renda dos adultos na família, mais necessário é o trabalho da população jovem. No caso da escolaridade dos adultos, tem-se que, mantido o mesmo nível de renda, quanto menor a escolaridade dos pais, menor tende a ser a importância dada pelos pais à educação dos filhos, e também maior o custo de adquirir educação para as crianças. Afinal, pais com maior escolaridade têm mais facilidade em auxiliar seus filhos em atividades escolares. Em decorrência desses fatos, quanto menor a escolaridade dos pais, maior a probabilidade de as crianças abandonarem a escola e se engajarem em atividades no mercado de trabalho.

Pelo lado da demanda dois fatores são fundamentais: a atratividade do mercado de trabalho e a atratividade da escola. Quanto

maior a atratividade da escola, menor a probabilidade de engajamento no mercado de trabalho. Neste estudo, foram utilizadas como indicadores da atratividade da escola medidas de qualidade da escola como: a razão professor/aluno e a escolaridade média dos professores.

No caso da atratividade do mercado de trabalho temos exatamente o oposto: quanto maiores os salários e a qualidade dos postos de trabalho, maior a chance de engajamento no mercado de trabalho. Note-se que o que importa é a atratividade do mercado de trabalho como percebida pelas crianças e adolescentes. Assim, interessa o salário e a qualidade dos postos de trabalho disponíveis para esse grupo etário e não a média para a população, ou o que se encontra disponível para a população adulta. Vale também ressaltar que para a participação no trabalho doméstico importa não apenas as condições gerais do mercado de trabalho para crianças, mas, acima de tudo, a remuneração e a qualidade dos empregos domésticos. Como medidas da atratividade do mercado de trabalho e do emprego doméstico, em particular, foram utilizados o nível salarial médio das crianças no município e o salário no emprego doméstico relativo ao salário nas demais ocupações.

Com vistas a captar diferenças adicionais não observadas, tanto na atratividade da escola como na atratividade do mercado de trabalho, foi incluída na análise, como fator determinante do trabalho doméstico infantil e total, a unidade da Federação em que a pessoa reside.

Por fim, incluiu-se também como um dos fatores determinantes para o ingresso no mercado de trabalho a cor da pessoa. De fato, a principal razão pela qual se observa que pessoas não-brancas, com características pessoais e familiares idênticas à de pessoas brancas, são mais propensas a participar do mercado de trabalho, deve-se ao fato de que a discriminação por cor, apesar de estar presente tanto no mercado de trabalho como na escola, tende a ser mais intensa na escola, levando a que — constantes as demais variáveis — o mercado de trabalho seja mais atrativo do que a escola para os não-bran-

cos do que para os brancos. Vale ressaltar que no caso do gênero o oposto pode estar ocorrendo, levando a que a atratividade da escola seja relativamente maior do que a do mercado de trabalho para as mulheres do que para os homens.⁶

Os resultados obtidos (ver Tabelas 5a, 5b e 5c) revelam que, no que diz respeito ao impacto da idade, esse resultado está mascarado pelo fato de as regressões terem sido feitas por faixa etária.⁷ A Tabela 5a apresenta o impacto sobre a probabilidade de estar ocupado para a faixa etária de 10 a 14 anos e confirma alguns resultados já esperados: essa probabilidade é maior entre os homens, brancos, que residem em domicílios com renda mais elevada e que são filhos de mulheres com maior escolaridade. Vale ressaltar que os fatores determinantes do trabalho doméstico infantil, pelo lado da oferta, com relação ao ambiente familiar (renda domiciliar e escolaridade da mãe e dos adultos), são significativos e afetam negativamente a probabilidade de estar ocupado entre as crianças e adolescentes, ou seja, quanto menor a renda domiciliar *per capita* e a escolaridade da mãe e dos adultos, maior a probabilidade de estar ocupado. Entretanto, pelo lado da demanda, a qualidade da escola, que representa um fator de atratividade, é o único fator significativo na explicação da probabilidade de estar ocupado que apresenta o impacto esperado. O outro fator, que representa a atratividade do mercado de trabalho (nível salarial das crianças), apresentou um efeito oposto ao esperado, ou seja, um nível salarial maior das crianças no município diminui a probabilidade de elas estarem ocupadas. Uma possível explicação vem do fato de essa variável estar captando alguma forma de heterogeneidade local não observada, ou seja, pode ser que os locais com altos salários sejam, também, os locais mais ricos nos quais as crianças não precisam trabalhar.

Entre os adolescentes, os resultados são os mesmos, com exceção do impacto da cor e da

6. Para uma descrição detalhada dos modelos utilizados para a estimação dos resultados que serão apresentados na próxima seção, ver a versão extensa deste estudo.

7. Não serão apresentadas estimativas para a faixa etária de 5 a 9 anos, pois o número de crianças nessa faixa que trabalham é muito pequeno.

TABELA 5a
IMPACTO SOBRE A PROBABILIDADE DE ESTAR OCUPADO

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	UNIVERSO: 10 A 14 ANOS				UNIVERSO: 15 A 17 ANOS			
	MODELO 1		MODELO 2		MODELO 1		MODELO 2	
	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)
Intercepto	-5,5	0	-3,5	4	-28,0	0	-27,3	0
Características pessoais								
Sexo (homem)	0,9	0	0,9	0	1,0	0	1,0	0
Cor (branco)	0,1	0	0,1	6	0,1	7	0,0	21
Idade	0,1	67	0,1	73	3,0	1	3,1	0
Idade ao quadrado (x100)	0,0	40	0,0	34	-0,1	1	-0,1	1
Recursos familiares								
Renda domiciliar <i>per capita</i> (x100)	-0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
Escolaridade da mãe	-0,1	0	-0,1	0	-0,1	0	-0,1	0
Localização geográfica								
Acre/Amazonas/Roraima	-0,1	65	-0,1	64	-1,0	0	-0,8	0
Amapá/Pará	1,0	0	0,7	0	-0,2	1	-0,1	18
Maranhão/Piauí	2,0	0	1,0	0	0,6	0	0,2	12
Alagoas/Sergipe	0,8	0	0,0	76	-0,1	47	-0,4	0
Mato Grosso/Rondônia	1,3	0	0,9	0	0,5	0	0,5	0
Tocantins	1,6	0	0,9	0	0,4	1	0,2	31
Ceará	1,0	0	0,3	0	-0,1	25	-0,3	0
Rio Grande do Norte	0,5	1	-0,3	13	-0,2	13	-0,4	0
Paraíba	1,8	0	0,9	0	0,0	74	-0,1	27
Pernambuco	1,1	0	0,7	0	-0,1	6	-0,2	3
Bahia	1,1	0	0,4	0	0,1	38	-0,1	23
Minas Gerais	0,6	0	0,1	22	0,1	9	0,0	67
Espírito Santo	0,8	0	0,6	0	0,5	0	0,5	0
Rio de Janeiro	-0,5	0	-0,5	0	-0,8	0	-0,7	0
Paraná	0,8	0	0,4	0	0,5	0	0,4	0
Santa Catarina	1,6	0	1,3	0	0,7	0	0,6	0
Rio Grande do Sul	0,9	0	0,9	0	0,1	16	0,2	3
Mato Grosso do Sul	1,0	0	0,6	0	0,1	32	0,1	46
Goiás	0,9	0	0,5	0	0,4	0	0,3	0
Distrito Federal	-0,4	3	0,1	70	-0,9	0	-0,6	0
Nível salarial das crianças	-0,2	0	-0,1	6	-0,2	0	0,0	97
Qualidade da escola	-0,5	0	0,1	5	-0,2	0	0,0	60
Renda <i>per capita</i> do município	-	-	0,0	14	-	-	0,0	0
Escolaridade média dos adultos	-	-	-0,4	0	-	-	-0,4	0
Número de observações	28.217		28.217		20.026		20.026	

Fonte: PNAD de 1998.
Nota: Utiliza-se regressão logística.

TABELA 5b
IMPACTO SOBRE A PROBABILIDADE DE SER UM TRABALHADOR DOMÉSTICO

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	UNIVERSO: 10 A 14 ANOS				UNIVERSO: 15 A 17 ANOS			
	MODELO 1		MODELO 2		MODELO 1		MODELO 2	
	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)
Intercepto	-14,0	6	-14,8	4	-61,1	0	-60,4	1
Características pessoais								
Sexo (homem)	-2,6	0	-2,5	0	-2,9	0	-2,9	0
Cor (branco)	0,0	89	0,0	81	-0,3	0	-0,3	0
Idade	1,1	35	1,1	34	7,1	1	7,0	1
Idade ao quadrado (x100)	0,0	71	0,0	69	-0,2	1	-0,2	1
Recursos familiares								
Renda domiciliar <i>per capita</i> (x100)	-0,2	0	-0,3	0	-0,3	0	-0,3	0
Escolaridade da mãe	-0,2	0	-0,2	0	-0,2	0	-0,2	0
Localização geográfica								
Acre/Amazonas/Roraima	0,0	97	0,3	54	-0,8	7	-0,6	16
Amapá/Pará	0,1	77	0,5	23	0,1	80	0,2	38
Maranhão/Piauí	-1,0	5	-0,5	32	-0,2	59	-0,1	71
Alagoas/Sergipe	-0,5	37	0,0	93	-0,5	8	-0,4	14
Mato Grosso/Rondônia	1,0	2	1,2	0	0,6	2	0,7	1
Tocantins	1,2	1	1,6	0	0,6	5	0,7	3
Ceará	-0,2	54	0,2	67	-0,2	45	-0,1	68
Rio Grande do Norte	-0,3	58	0,1	83	-0,2	63	-0,1	81
Paraíba	-0,7	29	-0,3	70	-0,7	10	-0,6	14
Pernambuco	-0,4	39	0,0	94	-0,3	21	-0,2	42
Bahia	-0,2	63	0,2	56	-0,4	12	-0,3	22
Minas Gerais	0,3	45	0,6	7	0,3	7	0,4	2
Espírito Santo	0,4	46	0,7	20	0,5	11	0,5	6
Rio de Janeiro	-0,1	83	0,0	92	-0,1	75	0,0	95
Paraná	-0,1	82	0,1	75	0,5	3	0,5	1
Santa Catarina	0,8	9	1,0	2	0,6	3	0,7	2
Rio Grande do Sul	0,4	26	0,5	14	0,4	7	0,4	5
Mato Grosso do Sul	0,3	60	0,6	24	0,2	47	0,3	30
Goiás	0,6	13	0,9	1	0,3	20	0,4	10
Distrito Federal	0,1	85	-0,2	73	0,5	11	0,4	14
Salário Relativo dos Empregados								
Domésticos	0,2	50	0,1	62	0,2	39	0,2	29
Nível salarial das crianças	-0,3	2	-0,5	0	-0,3	8	-0,3	2
Qualidade da escola	0,3	10	0,2	35	-0,1	45	0,0	90
Renda <i>per capita</i> do município	0,0	9	-	-	0,0	7	-	-
Escolaridade média dos adultos	0,0	98	-	-	0,1	7	-	-
Número de observações	28.033		27.893		19.822		19.787	

Fonte: PNAD de 1998.
Nota: Utiliza-se regressão logística.

TABELA 5c
IMPACTO SOBRE A PROBABILIDADE DE ESTAR OCUPADO NO SERVIÇO DOMÉSTICO

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	UNIVERSO: 10 A 14 ANOS				UNIVERSO: 15 A 17 ANOS			
	MODELO 1		MODELO 2		MODELO 1		MODELO 2	
	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)	COEFICIENTE	P-VALOR (%)
Intercepto	-8,1	30	-7,9	31	-63,7	1	-62,0	2
Características pessoais								
Sexo (homem)	-3,5	0	-3,5	0	-3,9	0	-3,9	0
Cor (branco)	-0,2	19	-0,2	21	-0,4	0	-0,4	0
Idade	0,8	54	0,6	65	7,8	1	7,5	2
Idade ao quadrado (x100)	0,0	79	0,0	91	-0,2	2	-0,2	2
Recursos familiares								
Renda domiciliar <i>per capita</i> (x100)	-0,2	2	-0,3	1	-0,5	0	-0,5	0
Escolaridade da mãe	-0,1	0	-0,1	0	-0,1	0	-0,2	0
Localização geográfica								
Acre/Amazonas/Roraima	0,7	27	0,3	63	0,4	46	-0,2	71
Amapá/Pará	-0,5	28	-0,7	17	0,6	4	0,4	17
Maranhão/Piauí	-2,3	0	-1,9	0	-0,4	20	-0,1	66
Alagoas/Sergipe	-1,1	5	-0,9	12	-0,6	7	-0,5	16
Mato Grosso/Rondônia	0,2	61	0,3	51	0,3	31	0,2	48
Tocantins	0,2	58	0,4	41	0,3	44	0,3	38
Ceará	-1,0	2	-0,8	6	-0,1	58	-0,1	58
Rio Grande do Norte	0,0	95	0,0	97	0,3	51	0,2	66
Paraíba	-1,7	1	-1,5	4	-0,5	25	-0,4	39
Pernambuco	-1,2	0	-1,1	2	-0,3	21	-0,3	19
Bahia	-1,1	0	-1,0	2	-0,6	2	-0,5	3
Minas Gerais	0,0	96	0,1	88	0,4	9	0,3	19
Espírito Santo	-0,6	28	-0,6	32	0,3	40	0,2	58
Rio de Janeiro	0,5	33	0,3	53	0,7	1	0,5	8
Paraná	-0,8	8	-0,8	11	0,2	37	0,2	40
Santa Catarina	-0,7	13	-0,8	9	0,0	91	0,0	91
Rio Grande do Sul	-0,6	13	-0,7	8	0,4	8	0,3	23
Mato Grosso do Sul	-0,3	60	-0,2	74	0,2	65	0,0	92
Goiás	0,1	76	0,3	54	0,2	54	0,1	65
Distrito Federal	0,2	79	0,0	96	1,1	0	1,0	1
Salário Relativo dos Empregados								
Domésticos	0,0	93	0,0	91	0,0	98	0,0	89
Renda <i>per capita</i> do município	-	-	0,0	2	-	-	0,0	0
Escolaridade média dos adultos	-	-	0,4	0	-	-	0,4	0
Número de observações	4.414		4.414		6.658		6.658	

Fonte: PNAD de 1998.
Nota: Utiliza-se regressão logística.

renda domiciliar *per capita*. O impacto da cor sobre a probabilidade de estar ocupado não é significativo, ou seja, essa variável não influencia a probabilidade de estar ocupado. Com relação à renda domiciliar, apesar de o coeficiente ser significativo, não está claro qual o impacto exercido por essa variável.

Os resultados apresentados na Tabela 5b confirmam que a probabilidade de ser um trabalhador doméstico é inferior entre os homens. Os fatores determinantes do trabalho doméstico infantil pelo lado da oferta, como a renda domiciliar *per capita* e a escolaridade da mãe, parecem ser os mais importantes na explicação da probabilidade de uma criança ser um trabalhador doméstico. As variáveis determinantes do trabalho doméstico infantil pelo lado da demanda não se mostraram significativas na explicação desse fato: o salário relativo local do serviço doméstico não afeta a probabilidade do emprego nos serviços domésticos. Embora o sinal seja correto, o coeficiente é sempre estatisticamente não-significativo. A atratividade da escola parece também não ter influência sobre a probabilidade de trabalhar no serviço doméstico.

Analisando a probabilidade de ser um trabalhador doméstico, condicionado ao fato de se estar ocupado (ver Tabela 5c), os resultados revelam que, para a faixa etária de 10 a 14 anos, a escolaridade da mãe é um fator determinante. Para os adolescentes de 15 a 17 anos, além desse fator, a renda domiciliar também afeta negativamente a probabilidade de ser um trabalhador doméstico. A atratividade do mercado de trabalho, representada pelo salário relativo dos empregados domésticos, não se mostrou significativa, para ambas as faixas etárias, na explicação dessa probabilidade.

Com relação ao impacto da cor sobre a probabilidade de ser um trabalhador doméstico, condicionado ou não ao fato de estar ocupado, pode-se observar que entre as crianças de 10 a 14 anos a cor não exerce um impacto significativo sobre essa probabilidade. Entretanto, entre os adolescentes, a probabilidade de ser um trabalhador doméstico ou de estar ocupado no serviço doméstico é maior entre os não-brancos.

4. Principais conclusões

A análise do trabalho doméstico infantil no Brasil permite concluir que, de maneira geral, as crianças e adolescentes do sexo masculino, em todas as faixas etárias consideradas, estão menos propensas a trabalhar em atividades domésticas, apesar de esse fato não ser verdadeiro quando se considera sua propensão a trabalhar em sentido amplo. Além disso, um ambiente familiar mais rico e educado, representado pela renda domiciliar e o nível de escolaridade da mãe, reduz a probabilidade de inserção infantil no trabalho, inclusive nas atividades domésticas.

Os resultados revelaram, ainda, que para as crianças e os jovens o salário relativo local no serviço doméstico não influencia o emprego nos serviços domésticos. Em outras palavras, nas diversas unidades federativas brasileiras, o salário relativo não é um determinante importante para o emprego doméstico.

A atratividade da escola tem impacto sobre a probabilidade de as crianças e os jovens trabalharem, isto é, quanto mais atrativa a escola, menor a chance de as crianças ingressarem cedo no mercado de trabalho. No entanto, nada pode ser dito especificamente em relação às atividades domésticas.

Um outro efeito comum para todas as faixas etárias consideradas está no impacto do nível salarial no emprego doméstico. Quando os salários são mais elevados, a probabilidade de as crianças e os jovens desempenharem trabalhos domésticos é menor.

O único efeito analisado, que se mostra diferente em cada faixa etária considerada, é o impacto da cor. No grupo de 10 a 14 anos, os não-brancos são menos propensos a trabalhar, mas o efeito específico sobre o trabalho doméstico inexistente. Já com o grupo de 15 a 17 anos, ocorre o contrário, pois não há efeitos na probabilidade de se trabalhar em geral, mas no serviço doméstico os não-brancos são mais propensos a trabalhar.